VANGUARDA DO NORTE

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e acesse a versão digital do Jornal

ANO 4 - Nº 1.000 - Manaus, quinta-feira, 26 de novembro de 2026

R$1,00

EUA propõem novas tarifas sobre importações do Brasil, incluindo aeronaves



DIVULGAÇÃO

Os Estados Unidos propuseram, nesta quarta-feira, uma imposição de novas tarifas sobre produtos do Brasil, incluindo uma nova alíquota de 10% sobre aeronaves prontas, alegando que o Brasil não corrigiu o que Washington chama de "atos, políticas e práticas irracionais".

ECONOMIA 7



DIVULGAÇÃO

CIDADES 4

Governador Roberto Cidade anuncia suspensão das aulas presenciais da rede estadual de ensino em municípios de quatro regiões do Amazonas

Comissão do Senado aprova Lei Benício, que estabelece regras de segurança no atendimento pediátrico

Projeto homenageia menino de 6 anos que morreu após receber adrenalina na veia em hospital de Manaus; proposta segue para análise da Câmara dos Deputados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (25), um projeto de lei que estabelece regras de segurança no atendimento de crianças e adolescentes nos serviços de saúde. Batizada de Lei Benício, a proposta homenageia Benício Xavier de Freitas, menino de 6 anos que morreu após receber adrenalina diretamente na veia durante atendimento em um hospital particular de Manaus, em novembro de 2025.

De autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), o Projeto de Lei (PL) 2.107/2026 recebeu parecer favorável da senadora Damares Alves (Republicanos-DF). O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados. No entanto, caso seja apresentado recurso por algum senador, a matéria ainda precisará passar por votação no Plenário do Senado.

A proposta determina que os serviços de saúde adotem protocolos específicos para prevenir falhas no atendimento pediátrico. As medidas abrangem procedimentos para prescrição, fornecimento, preparação e administração de medicamentos, identificação dos pacientes e organização do atendimento.

O projeto também prevê mecanismos para prevenir, comunicar e investigar ocorrências que provoquem danos aos pacientes. Além disso, estabelece que as unidades de saúde mantenham equipes em número suficiente e com qualificação compatível com a complexidade dos atendimentos, inclusive para administrar medicamentos e prestar assistência em situações de urgência e emergência.

O atendimento deverá contar, preferencialmente, com médico especialista em pediatria. A regulamentação da lei definirá em quais situações a presença desse profissional será obrigatória ou poderá ser dispensada, considerando fatores como características regionais, porte e complexidade do serviço.

POLÍTICA 6

BRASILEIRÃO

Corinthians não aproveita expulsão no Atlético-MG e segue ameaçado pelo Z4

ESPORTES 11

ABERTURA DE DESFILE

Abrindo o desfile da Mondepars, amazonense Luíza Perote às passarelas brasileiras

CULTURA 10

REVOGAÇÃO DE PRISÃO

Justiça revoga prisão preventiva de sete investigados na operação contra o 'núcleo político' do CV no Amazonas

POLÍCIA 5

LEI DO CUIDADO DIGITAL

Austrália aprova lei que prevê multas bilionárias para redes sociais

MUNDO 9

REDUÇÃO DE LIMITE

BC determina redução de limite do cartão para quem usa rotativo frequente

ÚLTIMAS 2

STF

Ministros reclamam de problemas no sistema de distribuição de ações no STF

POLÍTICA 6

SURTO DE MPOX

Por que o Brasil vive surto de mpox? O que se sabe — e o que não se sabe — sobre os novos casos da doença

BRASIL 8



redacao@vanguardadonorte.com.br |Redação

Últimas

BC determina redução de limite do cartão para quem usa rotativo frequente

Medida entra em vigor em julho de 2027 e integra pacote que também restringe a concessão de novos empréstimos a inadimplentes

EUTERS/Adriano Machado



Logotipo do Banco Central do Brasil é visto em sua sede, em Brasília

O BC (Banco Central) e o CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovaram, nesta quarta-feira (25), um pacote de medidas para conter o endividamento excessivo, que inclui a redução obrigatória do limite do cartão de crédito de clientes que recorrem com frequência ao rotativo.

Pelas novas regras, as instituições financeiras deverão reduzir gradualmente o limite do cartão de clientes que utilizarem o rotativo em três ou mais meses distintos dentro de um período de seis meses.

O crédito rotativo é acionado quando o consumidor paga apenas parte da fatura do cartão de crédito, sem parcelar o saldo restante.

Além da redução gradual, as instituições ficarão impedidas de aumentar o limite desses clientes até que sejam pagas integralmente seis faturas consecutivas ou quitado todo o saldo devedor originado no rotativo.

A medida entra em vigor em 1º de julho de 2027, mas serão consideradas as operações de crédito a partir de janeiro do mesmo ano. Para a aplicação da regra, as instituições deverão considerar o histórico de utilização do rotativo pelo cliente em todo o sistema financeiro, e não apenas no próprio banco.

O BC não estabeleceu um percentual obrigatório de redução do limite. Os critérios deverão ser definidos pelas instituições financeiras e previstos em contrato. Os clientes deverão ser comunicados previamente sobre a aplicação da medida. A regra vale tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

Restrição de crédito a inadimplentes

O pacote também restringe a concessão de novos empréstimos a clientes com dívidas de operações de crédito em atraso há 90 dias ou mais.

A medida também alcança clientes que apresentem indícios de que não conseguirão pagar integralmente suas dívidas nas condições contratadas, independentemente do período de atraso.

Nesses casos, a contratação de crédito ficará restrita à renegociação, à portabilidade ou à transferência de dívidas existentes para modalidades com condições mais vantajosas ao cliente, sem a liberação de novos recursos.

A resolução, entretanto, prevê exceções para a contratação de:

Crédito consignado;

Operações de crédito com garantias reais suficientes, como imóveis;

Operações de modalidade especial de crédito com juros reduzidos, previstas na legislação;

Empréstimos previstos ou autorizados em processos de recuperação judicial ou extrajudicial.

Assim como no caso do cartão de crédito, as instituições deverão considerar as operações contratadas pelo cliente em todo o SFN (Sistema Financeiro Nacional).

Contratação de crédito por telefone e WhatsApp

Outra medida aprovada pelo CMN restringe os canais pelos quais os clientes poderão contratar empréstimos. As instituições financeiras poderão continuar a oferecer crédito por telefone ou aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, mas a contratação não poderá ser concluída por esses canais.

A formalização do empréstimo deverá ocorrer por meio dos canais digitais da própria instituição financeira, como aplicativos e internet banking, ou presencialmente, em agências ou outros locais autorizados. As instituições deverão adotar mecanismos para confirmar a identidade do cliente e comprovar o consentimento para a contratação do crédito.

Comprometimento da renda

O Banco Central também estabeleceu novas regras para o gerenciamento do risco de crédito associado ao endividamento dos clientes. As instituições deverão considerar dois indicadores na avaliação da capacidade de pagamento:

ETI (Endividamento Total Individual): relação entre o total de dívidas do cliente no sistema financeiro e sua capacidade anual de pagamento;

CFI (Comprometimento Financeiro Individual): relação entre os gastos mensais com dívidas e a capacidade mensal de pagamento do cliente.

As instituições deverão estabelecer percentuais para identificar clientes com comprometimento financeiro de risco elevado ou excessivo. No caso de clientes classificados na segunda categoria, deverão ser adotados mecanismos para restringir a contratação de novas dívidas que aumentem o comprometimento da capacidade de pagamento.

O BC não estabeleceu um percentual único de comprometimento financeiro para restringir a concessão de crédito, mas poderá definir parâmetros padronizados posteriormente.

As instituições também deverão estabelecer um limite de exposição ao risco de crédito de clientes com comprometimento financeiro elevado em relação ao próprio capital.

Venda de carteiras de crédito

O BC e o CMN também estabeleceram novas regras para a venda de carteiras de crédito, como ocorre quando um banco transfere a um fundo de investimento o direito de receber as parcelas de empréstimos concedidos aos clientes.

Mesmo após a transferência, a instituição que concedeu originalmente o empréstimo deverá manter os canais de atendimento ao cliente, sem a cobrança de custos adicionais.

O devedor deverá ser informado sobre a transferência, a identidade do novo credor e as orientações para o pagamento da dívida. A negociação, por si só, não poderá alterar as condições originalmente contratadas pelo cliente.

O BC também estabelecerá um prazo mínimo entre a constituição do crédito e sua venda a entidades que não integram o Sistema Financeiro Nacional.

As instituições que realizarem essas operações deverão permanecer expostas a parte do risco de inadimplência dos créditos negociados. Os prazos mínimos e os percentuais de retenção de risco ainda serão regulamentados pela autarquia. As novas regras abrangem negociações realizadas a partir de 1º de novembro de 2027.

Fundos de investimento

O pacote também altera as regras de avaliação de risco das instituições financeiras que investem em ativos lastreados em operações de crédito. Entre os investimentos afetados estão os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), que aplicam recursos em direitos de recebimento de dívidas.

As instituições deverão identificar os créditos que compõem esses investimentos e estimar as possíveis perdas com inadimplência como se elas próprias tivessem concedido os empréstimos.

Caso desconheçam informações necessárias à avaliação de risco de mais de 5% do valor nominal dos ativos que lastreiam essas operações, as instituições estarão sujeitas a regras mais rigorosas de cálculo da exposição ao risco. A medida entra em vigor em 1º de julho de 2027.



Opinião

ZARA PUBLICIDADE LTDA
CNPJ 43.801.639/0001-89
Av. Djalma Batista,170 - Sala 18 - Parque 10 de Novembro
CEP. 69055-38 - Manaus-Amazonas

Gerente de Circulação
Janelson Palheta

FALE CONOSCO
(92) 99104-8484
(92) 99104-8488 (92) 99104-8475

Editorial

Lula tenta ganhar tempo com sinais ao mercado

A ameaça do dólar a R$ 6 chegou à capital federal e o governo passou a emitir sinais de que quer uma trégua com o mercado.

O governo vazou que prepara uma PEC para conter o crescimento de gastos. Vazou que Lula cogita o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Trabuco, para o Ministério da Fazenda.

Vazou que não haverá intervenção no Banco Central por meio de indicações de economistas heterodoxos para o cargo. Vazou que não pretende mexer no centro da meta de inflação e que não fará controle de capitais.

O mercado não se encantou, mas se acalmou um pouco. A bolsa hoje (quarta, 25) subiu alguma coisa, o dólar caiu alguma coisa.

Nada substancial ainda.

Principalmente porque nada substancial foi de fato apresentado pelo governo. A não ser, na prática, um pedido de trégua. Acatado temporariamente.

Mas, se não for concretizado em algo real e factível que nos desvie da rota de colisão, a queda de braço entre governo e Congresso tende a continuar.

Destaque

AGUILAR ABECASSIS



No Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, celebrado nesta quarta-feira (25/11), a deputada estadual Mayra Dias (PSD) reforçou a cobrança por políticas públicas mais efetivas de prevenção e combate à violência de gênero no Amazonas. Para a parlamentar, a data precisa ir além da conscientização e se transformar em ações concretas para proteger mulheres e salvar vidas.

Para a parlamentar, os números registrados no Estado preocupam. Em 2025, o Amazonas registrou mais de 42 mil ocorrências de violência doméstica contra mulheres e 1.583 descumprimentos de medidas protetivas, um aumento de 25,5% em relação ao ano anterior.

De olho

DIVULGAÇÃO



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) notificou o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) para acompanhar a absolvição de três pessoas acusadas de envolvimento na exploração sexual de uma adolescente de 13 anos, em Manaus. O caso foi revelado na terça-feira (24) pela Rede Amazônica.

O pedido de acompanhamento foi feito pelo deputado federal Delegado Bruno Lima (Podemos) ao presidente do CNJ, ministro Edson Fachin. No documento, o parlamentar pede que o conselho verifique se as normas de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência foram cumpridas no processo.



Augusto Cecílio

Auditor fiscal e professor

Respeitem o resultado das urnas!

O voto é secreto e é uma grande conquista da população, mas a democracia só é plena quando o exercício da liberdade política não põe em risco o emprego, a renda, a reputação ou a segurança de uma pessoa e de sua família.

No Brasil ainda temos que conviver com agressões, assédios e atos criminosos que partem de perdedores, de pessoas que não acreditam nas mensagens das urnas e que viram eternos disseminadores de desinformações para tirar o brilho dos vencedores e para tentar desqualificar o nosso processo eleitoral.

A filha adolescente de uma amiga de trabalho recebeu a seguinte agressão pelo Instagram: "iae vadia. Puta petista. Cd vadia", aqui escrito tal qual veio. Certamente esse(a) criminoso(a) está usando um perfil e deve ter a certeza de que a polícia não fará nenhuma investigação. Adianta fazer Boletim de Ocorrência? Sim! Mas o poder público tem como chegar a esses criminosos. Basta querer.

Vejamos outros exemplos: até o dia 29 de outubro, o MPT havia recebido 3.396 denúncias de assédio eleitoral no país naquele ano, das quais 1.459 desde a meia-noite do dia 26. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por sua vez, contabilizou aproximadamente 4.300 denúncias em seu canal específico nos três primeiros dias de funcionamento.

Após as eleições de 2026 no Brasil, diferentes levantamentos e órgãos oficiais registraram episódios de violência política, agressões físicas, ameaças e retaliações contra adversários e eleitores. Segundo o SBT News, o Governo Federal anunciou uma força-tarefa para investigar 45 casos de violência pós-eleição, com balanço inicial de 10 mortes após o segundo turno e abertura de inquéritos pela Polícia Federal. Já o ICL Notícias informou que, entre 5 e 31 de outubro de 2026, foram registrados 379 episódios de violência política e eleitoral em 198 municípios, em todas as 27 unidades da Federação e no exterior.

De acordo com o Intercept Brasil, um levantamento apontou aumento de 52% na violência contra pessoas eleitas ou candidatas, com 93% das vítimas identificadas apoiando Lula.

Conforme o G1, a reta final e o período eleitoral tiveram ocorrências como agressões a apoiadores de Lula em Campo Grande e Santarém, disparos em Porto Velho, atropelamento de motociclista por viatura em Florianópolis, agressão a duas mulheres em Três Pontas, prisão de um homem em São Paulo, condução de um homem negro por correntes no Rio de Janeiro e investigação de ataque contra a vereadora Iara Pimentel (PT) em Minas Gerais.

Ocorreram e continuam a ocorrer retaliações e assédios também no ambiente de trabalho. Segundo o ICL Notícias, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) recebeu 4.300 denúncias de assédio eleitoral no trabalho nos três primeiros dias de funcionamento de seu canal, lançado em 28 de outubro de 2026.

Relatos pós-eleitorais apontam circulação de listas de boicote a empresas, chamadas para demissão de trabalhadores de esquerda, ofensas a nordestinos e bolsistas em grupos de estudantes de medicina e casos de bullying político em escolas.

Como fazer denúncia? Conforme orientações de órgãos públicos e reportagens sobre o tema, vítimas de ameaças, agressões ou assédio político podem registrar ocorrências junto à Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público (ouvidorias e promotorias de justiça), conselhos tutelares e canais oficiais de direitos humanos e do trabalho, preservando provas como mensagens, áudios, capturas de tela e dados de testemunhas.

Parece que a insatisfação dos perdedores acaba levando a uma cegueira estúpida em achar que só os seus votos têm valor. Que só aquela região ou religião sabe votar, que só aquela categoria de profissionais tem valor. Já que são tão "inteligentes", deveriam saber que cada voto é importante e vale exatamente o mesmo, independente do seu Estado, da sua condição financeira ou da sua opção sexual.



Carlos Santiago

Advogado, sociólogo e cientista político

As camas dos hospitais estão cheias de histórias de crenças que afastam pessoas

Estavam lá. Mara e Pedro se encontraram na enfermaria daquele hospital frio, observados por familiares e funcionários. Ambos já estavam com quase 70 anos de idade. Ele não tirava os olhos dela. A dor da doença era pequena diante da memória de um amor que influenciou a maior parte de suas vidas. A música Coração de Estudante, de Milton Nascimento, não saía da mente daquele homem, trazendo-lhe recordações e lágrimas.

Eram vizinhos e colegas de igreja. Andavam juntos todos os domingos para participar da missa. Usavam as melhores vestimentas, os melhores perfumes e tinham assentos cativos para acompanhar o ritual religioso. A puberdade estava em seus rostos, em seus corpos e no entendimento que tinham do mundo.

O gosto pela leitura de livros de ficção, pelo handebol e pelas músicas de Rita Lee e do Clube da Esquina os aproximava ainda mais. Foram tão próximos na adolescência que os amigos os apelidaram de "a tampa" e "a panela". Com o tempo, estudando na mesma escola de ensino fundamental e médio, o sentimento de amor brotou entre eles.

Participaram da vinda do Papa João Paulo II ao Amazonas e do histórico jogo do Fast Club contra o New York Cosmos, dos Estados Unidos da América. Gostavam das discotecas, de tomar sorvetes e de assistir a filmes nos cinemas do Centro de Manaus. Jogar baralho e trocar figurinhas de jogadores da Copa do Mundo sempre estiveram entre os passatempos favoritos do casal de namorados.

Quando chegaram ao ensino superior, escolheram a mesma profissão. Ser profissionais da Ciência Econômica encantava os dois. Os meios de comunicação e os governantes só falavam de crises econômicas, de novos projetos econômicos e da formação de uma nova geração de economistas para administrar os orçamentos públicos e levar o Brasil à condição de Estado desenvolvido. Esse era um diagnóstico muito presente naquele período.

Tudo parecia perfeito. A relação íntima não precisava de estimulantes artificiais. Bastavam os cheiros de homem e de mulher para que o desejo, o amor e o prazer chegassem à excelência. Ficavam horas abraçados na cama. Falavam de conquistas futuras e de filhos.

Mas, aos poucos, ao longo dos anos, foram se distanciando. Quando resolveram frequentar denominações religiosas diferentes, surgiram divergências de concepção de mundo e também de natureza política. Temas como aborto, educação religiosa, casamento homoafetivo, tipo de vestimenta e ideologia política os afastaram durante a vida adulta e a velhice. Construíram suas famílias com outras pessoas, com as quais compartilhavam afinidades religiosas e políticas.

Naquele ambiente frio, cercados de pessoas enfermas, Mara e Pedro refletiam sobre suas vidas depois de 40 anos. Pedro sabia que, ao lado daquela mulher, havia vivido os melhores momentos de sua história no mundo. Pensou em como bobagens e crenças são capazes de separar homens e mulheres. Agora, perto da finitude de sua existência, parecia mais tolerante, mas também infeliz. Não somente pelas dores físicas que sentia, mas porque o tempo não tem volta.

Assim, a vida não é perfeita nem lógica. As camas dos hospitais estão cheias de histórias de crenças que também são produzidas e reproduzidas para afastar os seres humanos.

Cidades

Governador Roberto Cidade anuncia suspensão das aulas presenciais da rede estadual de ensino em municípios de quatro regiões do Amazonas

Fundamentada em nota técnica que orienta a adoção de medidas preventivas para proteger a saúde e o bem-estar da comunidade escolar, medida se estende até sexta-feira (27/11)

CLÓVIS MIRANDA/ SECOM



Governador Roberto Cidade anunciou a suspensão das aulas presenciais da rede estadual de ensino a partir da tarde desta quarta-feira (25/11)

O governador Roberto Cidade anunciou a suspensão das aulas presenciais da rede estadual de ensino a partir da tarde desta quarta-feira (25/11), em todos os municípios da região metropolitana de Manaus, das calhas do Médio e Baixo Amazonas e do Madeira, em razão do agravamento da qualidade do ar, provocado pela fumaça das queimadas. A suspensão será mantida durante toda a quinta-feira (26/11) e sexta-feira (27/11).

Na manhã desta quarta-feira, o governador foi ao Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) para coordenar o monitoramento da qualidade do ar e as ações de combate às queimadas. Na oportunidade, o chefe do Executivo estadual ressaltou que a decisão tem como objetivo preservar a saúde e o bem-estar dos estudantes e dos profissionais da educação.

"Sei que essa medida altera a rotina de muitas famílias, mas precisamos, acima de tudo, proteger a saúde das nossas crianças, dos nossos jovens e dos profissionais da educação. Seguimos trabalhando no combate às queimadas e monitorando permanentemente a qualidade do ar em todo o estado. Peço a todos que redobrem os cuidados e evitem, sempre que possível, atividades ao ar livre. A saúde e a segurança da nossa gente são nossas prioridades", declarou o governador Roberto Cidade.

O Governo do Amazonas já havia suspendido as aulas em Manaus, Parintins, Itapiranga e Maués. A partir do novo anúncio, as atividades presenciais também estão suspensas em Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Autazes, Silves, Urucurituba, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã, Urucará, Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Nova Olinda do Norte e Novo Aripuanã.

A medida segue as diretrizes do Procedimento Operacional Padrão (POP), fundamentadas na Nota Técnica Conjunta nº 22/2026 – SES-AM/FVS-RCP, de 7 de agosto de 2026. O documento orienta a adoção de medidas preventivas para proteger a saúde e o bem-estar da comunidade escolar diante das condições da qualidade do ar e determina as estratégias pedagógicas e registros formais a serem adotados.

Combate às queimadas

O Governo do Amazonas segue atuando no combate às queimadas com monitoramento permanente da qualidade do ar em todo o estado, adotando as medidas necessárias para proteger a população. Cerca de 1.500 servidores, entre bombeiros militares e brigadistas, atuam na operação, que conta com o apoio de 18 aeronaves, sendo 16 do Governo Federal e duas do Governo Estadual. São oito Air Tractor, dois KC-390 e oito helicópteros.

Entre 1º de junho e 24 de novembro de 2026, o CBMAM contabilizou 4.338 ocorrências de incêndios urbanos e florestais e registrou 26.749 focos de incêndio florestal em todo o estado. Desse total, 4.876 foram registrados na capital e 21.873 no interior.

As medidas adotadas também incluem a contratação de mais 153 brigadistas florestais, por meio do programa Floresta em Pé; o monitoramento e o combate aos incêndios; além da entrega de viaturas, incluindo picapes equipadas com kits de combate a incêndio, e de equipamentos multimissão.

MULTA POR QUEIMADA

Ipaam multa em R$ 1,26 milhão responsável por queimada ilegal em área embargada em Canutama

O uso ilegal do fogo para limpeza de uma área anteriormente embargada resultou em uma multa de R$ 1,26 milhão, aplicada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), na terça-feira (24/11), durante a 15ª etapa da Operação Tamoiotatá 6, em Canutama (a 619 quilômetros de Manaus). A queimada atingiu 84,3 hectares, o equivalente a aproximadamente 118 campos de futebol, em uma propriedade rural localizada no km 98 da rodovia BR-230 (Transamazônica).

A fiscalização constatou que o fogo foi utilizado para a formação de pastagem em uma área sob embargo ambiental, durante a vigência do Estado de Emergência Climática e Ambiental, declarado pelo Governo do Amazonas por meio do Decreto Estadual nº 54.274, de 1º de junho de 2026. A infração ocorreu também durante o período de proibição do uso do fogo por 120 dias no Amazonas, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 55.339, de 9 de setembro de 2026.

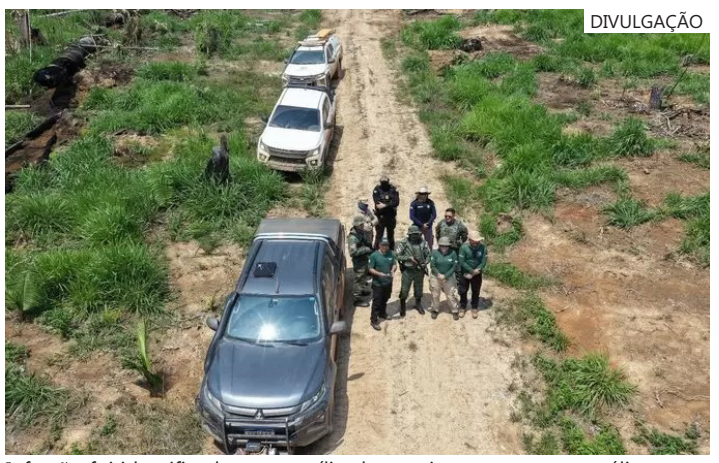
O diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, destaca que o acompanhamento de áreas embargadas é fundamental para impedir novas intervenções irregulares e permitir a recuperação da vegetação, sobretudo durante a estiagem, quando o uso do fogo pode ampliar os danos ambientais.

"Uma área embargada precisa de tempo e condições para se recuperar. Quando o fogo é utilizado novamente nesse espaço, compromete-se esse processo e aumenta-se o risco de atingir outras áreas. Por isso, nosso trabalho não termina com a aplicação de uma multa ou de um embargo. É preciso continuar acompanhando essas áreas para verificar se as determinações do órgão ambiental estão sendo respeitadas", afirma o diretor-presidente do Ipaam.

A autuação foi fundamentada no artigo 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e no artigo 80 do Decreto Estadual nº 51.355, de 13 de março de 2025, que regulamenta as infrações administrativas ambientais e suas respectivas sanções no Amazonas.

O agravamento da multa em Canutama decorre de uma previsão da legislação estadual, que determina a aplicação de uma penalidade cinco vezes maior, quando o uso não autorizado do fogo em áreas destinadas à agricultura e à pecuária ocorre de forma intencional durante uma situação de emergência climática.

DIVULGAÇÃO



Infração foi identificada com auxílio do monitoramento por satélite

DIA NACIONAL DO DOADOR DE SANGUE

Governo do Amazonas promove ações de incentivo à doação e homenageia voluntários

Em celebração ao Dia Nacional do Doador de Sangue, comemorado nesta quarta-feira (25/11), o Governo do Amazonas, por meio da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam), promove uma série de ações dedicadas ao incentivo à doação voluntária de sangue e à valorização dos doadores. A iniciativa busca sensibilizar a população sobre a importância desse gesto de solidariedade, fundamental para a manutenção dos estoques de sangue e a assistência aos pacientes da rede de saúde.

A programação integra a Semana Nacional do Doador de Sangue, que teve início na segunda-feira (23/11) e segue até sexta-feira (27/11), com sorteios e distribuição de brindes aos voluntários que comparecerem à unidade.

O ponto alto da programação aconteceu nesta quarta-feira, na Recepção do Doador, no Bloco C da Fundação Hemoam, com uma cerimônia especial que reuniu voluntários e doadores veteranos. Durante a celebração, foram entregues certificados de reconhecimento nas categorias Prata, Ouro e Diamante, em agradecimento à contribuição daqueles que fazem da doação de sangue um compromisso regular.

A diretora-presidente da Fundação Hemoam, Socorro Sampaio, destacou que a celebração é uma forma de reconhecer a generosidade dos voluntários que, ao longo dos 44 anos de atuação da instituição, contribuem para salvar vidas.

"Estamos aqui para agradecer a todas as pessoas que vêm voluntariamente fazer a sua doação. Sabemos que a doação precisa ser voluntária e é isso que fazemos há 44 anos. Hoje é dia de agradecer às pessoas que vêm aqui doar sangue para pessoas que nunca vão conhecer, mas que têm a certeza de que estarão salvando vidas", ressaltou a diretora-presidente do Hemoam.

Histórias de solidariedade

Entre os homenageados durante a cerimônia está Angelim de Souza, que já realizou mais de 100 doações ao longo dos últimos anos. Para ele, o reconhecimento representa também uma oportunidade de incentivar outras pessoas a adotarem esse gesto de solidariedade.

"Eu fico muito contente com isso. É importante para a sociedade que a gente compareça ao hemocentro para salvar pessoas que necessitam", afirmou o doador.

Para o personal trainer Francisco Denilson, de 44 anos, doar sangue é também uma forma de celebrar a própria vida. Após superar um quadro de paralisia e enfrentar problemas de saúde associados à obesidade, período em que chegou a pesar 120 quilos, ele transformou a doação de sangue em uma tradição de aniversário.

DIVULGAÇÃO



Programação especial da Fundação Hemoam busca conscientizar a população sobre a importância da doação regular de sangue

Justiça revoga prisão preventiva de sete investigados na operação contra o 'núcleo político' do Comando Vermelho no Amazonas

Decisão aponta excesso de prazo nas detenções e impõe uso de tornozeleira eletrônica, restrição de deslocamento e proibição de contato entre os suspeitos

DIVULGAÇÃO



Tribunal de Justiça do Amazonas

A Justiça do Amazonas revogou, nesta quarta-feira (25), a prisão preventiva de sete pessoas investigadas na operação Erga Omnes, que apura a atuação de um suposto núcleo político e financeiro do Comando Vermelho (CV) no estado. A decisão da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus reconheceu excesso de prazo na manutenção das prisões e determinou a substituição por medidas cautelares.

Entre os beneficiados estão Patrícia Chagas Bezerra, mãe do apontado chefe da organização criminosa, e Izaldir Moreno Barros, servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), suspeito de repassar informações sigilosas a outros investigados.

Também tiveram as prisões revogadas Antônia Fabiane Silva Pinho, Núbia Rafaela Silva de Oliveira, Adriana Almeida Lima, Ronilson Xisto Jordão e Bruno Renato Gatinho Araújo.

Segundo as investigações, Patrícia é suspeita de ocultar patrimônio de origem ilícita. Antônia Fabiane teria administrado uma empresa utilizada para movimentar recursos do tráfico de drogas. Já Núbia Rafaela é apontada como responsável pelo núcleo jurídico da facção.

Adriana Almeida, por sua vez, é suspeita de atuar na cooptação de agentes públicos e no pagamento de propinas para obter informações sigilosas. Izaldir Moreno é investigado por supostamente receber pagamentos para fornecer dados de processos que tramitavam em segredo de Justiça.

Investigados deverão usar tornozeleira eletrônica

Apesar da revogação das prisões, os sete investigados deverão cumprir medidas cautelares determinadas pela Justiça. Entre elas estão o uso de tornozeleira eletrônica, a proibição de deixar a comarca onde moram sem autorização judicial e a obrigação de comparecer periodicamente à Justiça.

Eles também estão proibidos de manter contato com os demais réus do processo. A restrição de deslocamento prevê exceção em situações de emergência médica devidamente comprovadas.

O alvará de soltura também ressalta que a liberação não impede a manutenção da prisão caso exista outra ordem de detenção contra algum dos beneficiados pela decisão.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Amazonas informou que a decisão foi tomada em consonância com parecer do Ministério Público do Estado (MPAM), que recomendou a substituição das prisões preventivas por medidas cautelares.

O TJAM acrescentou que os investigados continuarão obrigados a cumprir as determinações judiciais mesmo fora da prisão. Em caso de descumprimento, a situação de cada um será reavaliada individualmente.

A reportagem tenta localizar as defesas dos investigados. O espaço permanece aberto para manifestações.

Relembre a operação Erga Omnes

Deflagrada pela Polícia Civil do Amazonas em fevereiro deste ano, a operação Erga Omnes investiga a existência de um esquema ligado ao Comando Vermelho no estado. Segundo a polícia, a organização criminosa manteria um núcleo com acesso a órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que atuaria para favorecer as atividades da facção.

Na primeira fase da operação, foram cumpridos mandados de prisão e de busca e apreensão no Amazonas e em outros seis estados. Ao todo, 14 pessoas foram presas, sendo oito no Amazonas. A Justiça também autorizou o bloqueio de contas bancárias, o sequestro de bens e a quebra de sigilos bancários.

Em maio, o Ministério Público do Amazonas denunciou 16 pessoas suspeitas de integrar os núcleos político e financeiro da organização criminosa. A denúncia apontou possíveis crimes de organização criminosa, tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro.

Como funcionava o esquema investigado

De acordo com a Polícia Civil, o esquema teria movimentado aproximadamente R$ 70 milhões desde 2018, com média de R$ 9 milhões por ano.

As investigações apontam que empresas de fachada dos setores de transporte e logística eram utilizadas para movimentar dinheiro e viabilizar a compra de drogas na Colômbia. Os entorpecentes seriam enviados para Manaus e, posteriormente, distribuídos para outros estados.

O esquema também envolveria o repasse de informações sigilosas de processos judiciais e a participação de pessoas com acesso a órgãos públicos. Um dos exemplos apontados pela investigação é o de Izaldir Moreno Barros, ex-servidor do TJAM, suspeito de receber pagamentos para fornecer informações de processos protegidos por segredo de Justiça.

HELICÓPTERO DERRUBADO

Helicóptero suspeito de transportar drogas no AM é derrubado durante troca de tiros com policiais; piloto morre

Um helicóptero suspeito de ser utilizado no transporte de drogas caiu e pegou fogo após um confronto entre policiais militares e indivíduos armados no Ramal do Mucuim, em Carauari, no interior do Amazonas, na manhã de terça-feira (24). Um dos ocupantes da aeronave morreu e outro ficou ferido.

Segundo a Polícia Militar (PMAM), equipes do 5º Grupamento de Polícia Militar (GPM) foram até o local, a cerca de 18 quilômetros da sede do município, após receberem uma denúncia sobre a possível utilização do helicóptero para transportar entorpecentes.

Durante a abordagem, os policiais foram recebidos a tiros. Houve confronto e a aeronave caiu depois de ser atingida por disparos. Em seguida, pegou fogo. Um dos ocupantes foi baleado e morreu no local. A morte foi constatada por uma equipe médica. Outro suspeito sofreu escoriações.

Na ação, os policiais apreenderam armas de fogo, munições, celulares, equipamentos de comunicação e navegação, além de outros materiais.

Os suspeitos detidos e os materiais apreendidos foram encaminhados ao 65º Distrito Integrado de Polícia (DIP), onde foram realizados os procedimentos legais.

REPRODUÇÃO/PM



Helicóptero é derrubado durante troca de tiros no AM

RECUPERAFONE

SSP-AM lança novo edital para devolução de 2.017 celulares

Nesta quinta-feira (26/11), a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), por meio do Núcleo de Investigação e Recuperação de Celulares (Nirc), da Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), disponibilizará 2.017 aparelhos celulares para devolução, durante um mutirão de entrega.

Além dos novos aparelhos recuperados, o edital contempla os nomes de outras 550 pessoas que tiveram seus celulares disponibilizados em editais anteriores do programa RecuperaFone, mas que ainda não compareceram para realizar a retirada.

Os dispositivos, que haviam sido furtados ou roubados, foram recuperados por meio do programa RecuperaFone e estarão disponíveis na sede do Nirc, das 8h às 17h. Os nomes das pessoas que tiveram seus aparelhos localizados podem ser consultados no edital, já disponível no site da SSP-AM (ssp.am.gov.br).

A entrega marca o "Dia D" da segunda fase da Operação Última Chamada, cujo objetivo é combater a receptação em todo o país. Em vigor desde o dia 11 de novembro, a iniciativa reforça a fiscalização em estabelecimentos comerciais, cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão.

"Nosso trabalho vai além da recuperação dos celulares. As equipes do Nirc investigam os crimes, identificam os aparelhos e localizam seus legítimos proprietários para que os bens sejam devolvidos. Cada devolução representa a concretização desse trabalho e, principalmente, um retorno positivo à população", ressaltou o delegado titular do Nirc, Bruno Hitotuzi.

Resultados alcançados em 2026

Este é o quinto edital do RecuperaFone lançado pela SSP-AM em 2026. O último, publicado em outubro, disponibilizou 800 celulares recuperados.

As equipes do Nirc seguem atuando tanto na retirada de aparelhos furtados ou roubados de circulação quanto na identificação dos proprietários, garantindo que os dispositivos encontrados possam retornar aos seus legítimos donos.

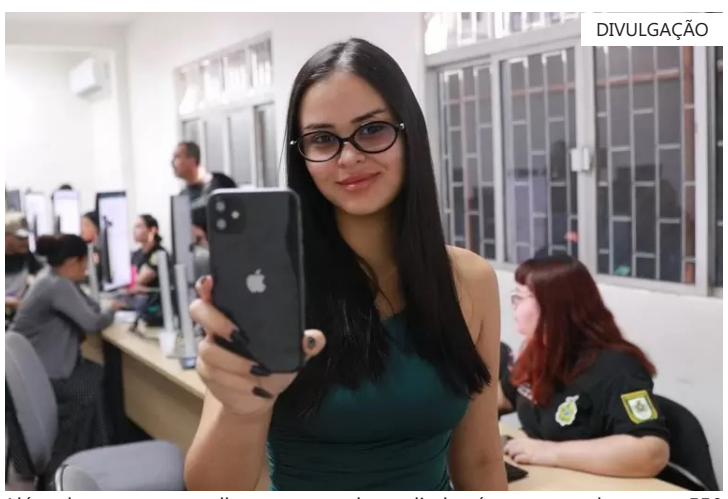
A SSP-AM reforça a importância de que os cidadãos contemplados nos editais anteriores, e que ainda não realizaram a retirada dos aparelhos, aproveitem o mutirão para recuperar seus bens.

Informações para o recebimento dos aparelhos pelos proprietários

A sede do Nirc, onde serão realizadas as entregas, está localizada na Rua General Miranda Reis, nº 11, Conjunto Celetramazon, bairro Adrianópolis, em Manaus.

Os cidadãos que tiverem seus nomes publicados no edital de devolução devem comparecer ao local indicado, portando documento oficial com foto, para confirmar sua identidade e realizar a retirada do aparelho.

DIVULGAÇÃO



Além dos novos aparelhos recuperados, edital reúne nomes de outras 550 pessoas que ainda não realizaram a retirada dos dispositivos disponibilizados

Política

Comissão do Senado aprova Lei Benício, que estabelece regras de segurança no atendimento pediátrico

Projeto homenageia menino de 6 anos que morreu após receber adrenalina na veia em hospital de Manaus; proposta segue para análise da Câmara dos Deputados

REDES SOCIAIS



Benício Xavier, de 6 anos, morreu após receber dose incorreta de adrenalina em hospital de Manaus

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (25), um projeto de lei que estabelece regras de segurança no atendimento de crianças e adolescentes nos serviços de saúde. Batizada de Lei Benício, a proposta homenageia Benício Xavier de Freitas, menino de 6 anos que morreu após receber adrenalina diretamente na veia durante atendimento em um hospital particular de Manaus, em novembro de 2025.

De autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), o Projeto de Lei (PL) 2.107/2026 recebeu parecer favorável da senadora Damares Alves (Republicanos-DF). O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados. No entanto, caso seja apresentado recurso por algum senador, a matéria ainda precisará passar por votação no Plenário do Senado.

A proposta determina que os serviços de saúde adotem protocolos específicos para prevenir falhas no atendimento pediátrico. As medidas abrangem procedimentos para prescrição, fornecimento, preparação e administração de medicamentos, identificação dos pacientes e organização do atendimento.

O projeto também prevê mecanismos para prevenir, comunicar e investigar ocorrências que provoquem danos aos pacientes. Além disso, estabelece que as unidades de saúde mantenham equipes em número suficiente e com qualificação compatível com a complexidade dos atendimentos, inclusive para administrar medicamentos e prestar assistência em situações de urgência e emergência.

O atendimento deverá contar, preferencialmente, com médico especialista em pediatria. A regulamentação da lei definirá em quais situações a presença desse profissional será obrigatória ou poderá ser dispensada, considerando fatores como características regionais, porte e complexidade do serviço.

A proposta também institui o Dia de Conscientização sobre Segurança no Atendimento Pediátrico, celebrado em 23 de novembro. A data poderá ser marcada por campanhas, palestras e outras atividades educativas.

Apoio às famílias

O texto garante aos pais e responsáveis legais o direito de receber informações claras sobre o estado clínico da criança ou do adolescente e o andamento do atendimento. Também prevê acesso facilitado ao prontuário médico.

Em casos de morte ou de ocorrências graves que provoquem danos ao paciente, os serviços de saúde deverão oferecer acolhimento psicossocial profissional aos familiares e responsáveis.

As unidades também deverão orientar as famílias sobre como acessar informações clínicas, prontuários, serviços de apoio psicossocial e providências relacionadas a uma eventual morte. Os detalhes dessas medidas serão estabelecidos em regulamentação.

Uma emenda aprovada ao projeto determina que a lei entre em vigor 365 dias após a publicação oficial.

Relembre o caso Benício

Benício Xavier de Freitas morreu em 23 de novembro de 2025, aos 6 anos, após ser atendido em um hospital particular de Manaus. A criança havia sido levada à unidade com tosse seca e suspeita de laringite.

Segundo a investigação da Polícia Civil do Amazonas, a médica Juliana Brasil prescreveu adrenalina por via intravenosa, diretamente na veia, embora o medicamento indicado para o quadro de Benício devesse ser administrado por inalação.

A técnica de enfermagem Raiza Bentes Praia aplicou a medicação na veia, mesmo após a mãe do menino questionar o procedimento. Pouco depois, a criança sofreu múltiplas paradas cardíacas e morreu.

A investigação concluiu que houve um erro médico grosseiro e apontou que Benício recebeu uma superdosagem de adrenalina.

A médica e a técnica de enfermagem foram denunciadas pelo Ministério Público do Amazonas por homicídio doloso. A Justiça estadual aceitou a denúncia, e as duas respondem como rés no processo.

STF

Ministros reclamam de problemas no sistema de distribuição de ações no STF

A distribuição de processos judiciais entre ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) é o mais novo capítulo de desgastes entre magistrados da corte, que já vem dividida desde o início do ano devido às repercussões do caso Master.

A insatisfação com o tema já vinha desde maio, quando o presidente do STF, Edson Fachin, fixou uma norma para que petições feitas em casos já arquivados passassem pela presidência da corte antes de serem enviadas ao gabinete do ministro relator.

O atrito se acirrou nesta semana, quando o sistema do STF enviou para o ministro Kassio Nunes Marques a relatoria de uma ação ajuizada pela defesa de Daniel Vorcaro, sendo que ele se declarou impedido de atuar nos casos do Master.

Integrantes do Supremo também relatam incômodo com um represamento de processos e uma demora na distribuição desde que Fachin baixou outra regra, essa em outubro, para evitar que advogados direcionassem suas petições a um ministro específico.

O sistema do STF funciona em duas vias: ou o processo é sorteado livremente para um relator aleatório ou é enviado a um determinado gabinete por "prevenção". Nesse caso, a prevenção ocorre quando o ministro já é relator de um caso parecido.

Um ministro chegou a cobrar Fachin para resolver a "confusão" do sistema. Esse ministro avalia que os problemas têm sido frequentes: de um lado, reconhecimentos indevidos de prevenção; de outro, realização de sorteio quando, na verdade, há ministro prevento.

O pedido de Vorcaro enviado a Kassio é citado como um exemplo do primeiro cenário. Do segundo, um ministro cita um caso envolvendo a juíza Gabriela Hardt – o processo teria sido sorteado ao ministro Luiz Fux, sendo que Flávio Dino seria o magistrado prevento.

Outro magistrado da corte avalia que essas questões precisam ser solucionadas o mais breve possível, pois problemas na distribuição têm potencial de suscitar pedidos futuros de nulidade por violação ao princípio do juiz natural.

Fachin justifica as regras fixadas na sua gestão como medidas para prevenir "novos questionamentos concernentes à distribuição" e cita resolução do STF que prevê "aprimorar a segurança, a transparência e a aleatoriedade do sistema".

DIVULGAÇÃO



Queixas incluem represamento de pedidos e distorções em relatorias

LEGISLATIVO

Aleam aprova projetos voltados a pessoas com autismo e cartilha de orientação sobre superendividamento

A consolidação da legislação relativa às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a criação de uma Cartilha Estadual de Orientação sobre Superendividamento estão entre os temas dos Projetos de Lei (PLs) aprovados nesta quarta-feira (25/11), durante sessão plenária, conduzida pelo presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Adjuto Afonso (União Brasil).

Durante a sessão, que marcou o último dia do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o presidente informou que a proposta orçamentária deverá ser votada até 16 de dezembro.

"Estamos analisando a PLOA e pretendemos votar entre os dias 5 e 16 de dezembro. Hoje terminou o prazo para apresentação das emendas. Agora, a relatora, deputada Alessandra Campelo, vai apreciar as propostas, elaborar o relatório final e, em seguida, submetê-lo ao plenário para votação", explicou.

Votação de projetos

Ao todo, foram aprovadas 12 matérias, sendo 11 Projetos de Lei e o Veto Parcial nº 32/2026, encaminhado por meio da Mensagem Governamental nº 89/2026.

Entre os destaques está o Projeto de Lei nº 173/2025, de autoria da deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis (Republicanos), que altera a Lei nº 6.458/2023, responsável por consolidar a legislação relativa às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A proposta acrescenta o artigo 59-D à legislação, estabelecendo que os restaurantes poderão reservar, facultativamente, no mínimo 2% das mesas para pessoas com TEA e seus familiares.

Na justificativa, a deputada destaca as características do transtorno e a importância de medidas que promovam a inclusão e garantam melhores condições de acolhimento às pessoas autistas.

"O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades", justifica a parlamentar.

Esporte e desenvolvimento cognitivo

Também voltado às pessoas com TEA, o Projeto de Lei nº 345/2025, de autoria da deputada Joana Darc (União Brasil), propõe alterações na Lei nº 6.458/2023 para instituir a Política Estadual de Conscientização sobre a Importância do Esporte para o Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista.

MATHEUS RODRIGUES / ALEAM



Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam)

redacao@vanguardadonorte.com.br |da redação

Economia

EUA propõem novas tarifas sobre importações do Brasil, incluindo aeronaves

Washington também está propondo uma nova alíquota tarifária para o açúcar bruto e orgânico fora da cota que entra nos EUA

DIVULGAÇÃO



Nova alíquota de 10% sobre aeronaves

Os Estados Unidos propuseram, nesta quarta-feira, uma imposição de novas tarifas sobre produtos do Brasil, incluindo uma nova alíquota de 10% sobre aeronaves prontas, alegando que o Brasil não corrigiu o que Washington chama de "atos, políticas e práticas irracionais".

Uma alta autoridade norte-americana disse aos repórteres que o escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) está propondo uma alteração nas tarifas de 25% impostas em julho sobre alguns produtos brasileiros, pois as duas partes ainda apresentam "diferenças substanciais", apesar das várias rodadas de negociações realizadas ao longo do último ano.

"Diante dessa falta de progresso, o USTR está propondo uma mudança à Seção 301 existente para cultivo de forma mais eficaz o Brasil a retirar e alterar os atos, políticas e práticas em questão", disse a autoridade.

O Brasil foi o primeiro país visto pela nova estratégia tarifária do presidente dos EUA, Donald Trump, que se baseia na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, uma lei que trata de práticas comerciais desleais. As tarifas globais anteriores de Trump, impostas sob uma lei de emergência – incluindo tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros –, foram anuladas pela Suprema Corte dos EUA em fevereiro.

De acordo com as alterações propostas, as aeronaves brasileiras estariam sujeitas a uma tarifa de 10%, uma medida que poderia afetar especificamente o fabricante de aeronaves Embraer. As aeronaves prontas, atualmente isentas de tarifas dos EUA para o Brasil, são o quarto maior item de exportação do país, afirmou a autoridade.

Washington também está propondo uma nova alíquota tarifária para o açúcar bruto e orgânico fora da cota que entra nos EUA, disse a autoridade. Isso garantiria que o açúcar do Brasil não pudesse ser enviado através de países terceiros para os Estados Unidos.

"Essa alteração proposta proporcionaria maior poder de barganha para obter a eliminação dos atos, políticas e práticas irracionais do Brasil e estabelecer condições mais equitativas para as empresas e os trabalhadores dos EUA", disse a autoridade, acrescentando que Washington continua aberto a novas negociações. "Tenho esperança de que possamos nos empenhar para encontrar um acordo mútuo superior entre o Brasil e os Estados Unidos e garantir que tenhamos uma relação justa."

Washington acusa o Brasil de práticas desleais em uma série de questões, desde o desmatamento ilegal até o sistema de pagamentos instantâneos brasileiro, o Pix, que, segundo o governo dos EUA, prejudica as empresas de cartão de crédito. Brasília rejeitou todas as alegações.

Espera-se que a mais recente operação comercial de Washington contra o Brasil gere protestos do governo brasileiro. O Brasil solicita, na terça-feira, a criação de um painel de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC) para examinar as tarifas da Seção 301 de julho, uma medida bloqueada pelos EUA na mesma terça-feira.

A autoridade afirmou que autoridades norte-americanas e brasileiras se reuniram várias vezes ao longo do último ano, incluindo encontros entre Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas em Brasília não houve resposta às reclamações dos EUA.

As tarifas de julho, que vieram após meses de negociações infrutíferas entre autoridades dos EUA e do Brasil, mantiveram e ampliaram isenções para carne bovina, café, aeronaves e outros produtos brasileiros.

O Brasil também propôs uma tarifa adicional de 12,5% no âmbito de uma investigação separada da Seção 301 sobre ligações com trabalho solicitadas nas cadeias de suprimentos de países.

DÉFICIT 2026

Previsão de déficit real em 2026 sobe para R$ 89,3 bilhões e gastos avançam

O governo federal elevou as projeções para o déficit primário neste ano para R$ 89,3 bilhões, ante R$ 80,9 projetados anteriormente, uma deterioração de R$ 8,37 bilhões. O dado consta no relatório bimestral de receitas e despesas do quinto bimestre, publicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

A piora na previsão ocorre após a aprovação do ajuste fiscal do governo. Na segunda-feira (23), a Câmara aprovou o projeto proposto após as eleições. Lula sancionou a medida na terça, um dia depois, para evitar um congelamento maior no Orçamento deste ano.

Agora, os gastos ignorados no cálculo da meta fiscal aumentaram: as exclusões previstas para 2026 passaram de R$ 67,29 bilhões para R$ 76,98 bilhões.

Um dos dispositivos do pacote retira até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios a produtores e importadores de óleo diesel do cálculo da meta fiscal de 2026.

Se o texto não fosse aprovado, o governo precisaria congelar esse valor em recursos.

Despesas crescem

Ao avaliar o relatório, especialistas alertam para o crescimento das despesas, que aumentaram em R$ 26,743 bilhões, refletindo, entre outras medidas, o reajuste do Bolsa Família.

A receita líquida também teve um aumento diante de uma sequência de arrecadações tributárias recordes. Agora, passaram a ser projetadas em R$ 2,605 trilhões, de R$ 2,587 trilhões no relatório anterior.

Os resultados foram favorecidos, em parte, pela alta dos preços do petróleo com a guerra no Oriente Médio pressionando as cotações da commodity em todo o mundo. No caso do Brasil, o país é exportador líquido de petróleo bruto.

Contingenciamento x bloqueio

Ainda no relatório, o governo anunciou a liberação de uma parcela de R$ 3,43 bilhões do Orçamento de 2026. Com a medida, o montante total de recursos congelados neste ano passa de R$ 16,1 bilhões para R$ 12,63 bilhões.

Nas contas públicas, o contingenciamento ocorre quando a estimativa de arrecadação cai e o governo vê risco de não cumprir a meta de resultado primário (receitas Divulgação espesas, sem contar os gastos com juros da dívida).

O bloqueio, por sua vez, acontece quando os gastos obrigatórios crescem e há o risco de desrespeitar o teto de gastos do arcabouço fiscal.

As duas medidas têm a mesma consequência: o governo congela gastos e "segura" a execução de algumas despesas. Se a situação fiscal não melhorar até o fim do ano, os recursos poderão ser cancelados. Se melhorar, o congelamento pode ser revertido.

DIVULGAÇÃO



Gastos ignorados no cálculo da meta fiscal aumentaram; agora, as exclusões previstas para 2026 passaram para R$ 77 bilhões

SETOR ENERGÉTICO

Semig lança Amazonas Óleo, Gás & Energia 2027 com foco no protagonismo da região no setor energético

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Energia, Mineração e Gás (Semig), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amazonas (Sebrae/AM), lança, no dia 3 de dezembro, às 10h, a quarta edição do Amazonas Óleo, Gás & Energia – Expo & Conferência 2027. A solenidade acontecerá no auditório da Semig, na Avenida Joaquim Nabuco, 1193, Centro de Manaus, e reunirá representantes do poder público, lideranças empresariais, instituições parceiras e profissionais da imprensa.

O evento será realizado de 9 a 11 de março de 2027, no Centro de Convenções Vasco Vasques, e terá como tema "A Nova Geopolítica da Energia e o Papel Estratégico da Amazônia".

A iniciativa reforça o compromisso do Governo do Amazonas, por meio da Semig, com o fortalecimento dos setores energéticos, a atração de novos investimentos, a diversificação da matriz energética e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável do estado.

A proposta desta edição é ampliar o debate sobre o posicionamento estratégico da Amazônia diante das transformações do mercado energético mundial, considerando o potencial produtivo da região, as perspectivas de investimentos, a transição energética e as possibilidades de integração com outros países da América do Sul.

Durante o lançamento, serão apresentados os principais eixos da programação, que incluem a Conferência de Óleo, Gás e Energia, as Arenas de Inovação e Sustentabilidade, o Simpósio Técnico, a Feira de Exposição e as Rodadas de Negócios.

A edição de 2027 pretende reunir diferentes segmentos da cadeia produtiva, aproximando grandes empresas, fornecedores, investidores, startups, pesquisadores e instituições públicas e privadas em um ambiente voltado ao intercâmbio de conhecimentos, ao desenvolvimento de soluções e à geração de novas oportunidades de negócios.

O papel estratégico do Amazonas

Entre os temas previstos para a conferência estão a exploração e produção de petróleo e gás, o desenvolvimento do mercado de gás natural no Amazonas, a Margem Equatorial, as energias renováveis, os minerais críticos, a transição energética e a descarbonização.

DIVULGAÇÃO



Companhia Em parceria com o Sebrae, quarta edição acontece no dia 3 de dezembro, e abordará integração internacional e oportunidades de negócios

Brasil

Por que o Brasil vive surto de mpox? O que se sabe — e o que não se sabe — sobre os novos casos da doença

GETTY IMAGES



Mpox causa lesões na pele, que podem ser muitas vezes discretas

Ampox, antes conhecida como varíola dos macacos, voltou a causar preocupação no Brasil. Este ano, já foram registrados 1.499 casos, um aumento de 39,44% em relação a 2025, quando houve 1.075 diagnósticos, segundo o Ministério da Saúde.

A principal preocupação é o pico de casos registrado em novembro. Na cidade de São Paulo, uma das que apresentam o cenário mais crítico do país em relação à doença, foram contabilizados 120 casos neste mês até terça-feira (24/11), bem acima dos 81 de outubro e dos 22 registrados em setembro.

Ainda assim, o governo federal e especialistas afirmam que o cenário está longe daquele observado em 2022, quando o país enfrentou um surto da doença, com 10.591 casos.

Mpox avança em 2026, mas cenário está distante do surto de 2022

Apesar da alta neste ano, o número de diagnósticos é 85,84% menor que o registrado na crise anterior.

1. O que explica o aumento de casos de mpox?

Para a epidemiologista Ethel Maciel, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o aumento dos casos de mpox é resultado de uma combinação de fatores epidemiológicos e sociais.

Ela afirma que, após o surto de 2022, houve um afrouxamento na percepção do risco associado ao vírus, tanto por parte da população quanto dos serviços de saúde, embora ele nunca tenha deixado de circular – tanto que, em 2024, foram registrados 1.989 casos, mais do que neste ano.

"A permanência de cadeias de transmissão, associada à existência de populações suscetíveis, à cobertura vacinal limitada e às dificuldades de diagnóstico oportuno, cria condições para novos aumentos de casos", diz Maciel, que é ex-secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

A epidemiologista acrescenta que a doença também pode provocar lesões discretas, o que dificulta o diagnóstico e favorece a continuidade da transmissão.

A virologista Clarissa Damaso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que ainda não é possível determinar a razão do novo pico de casos.

"Tem que ter um estudo epidemiológico para ver o que aconteceu. As pessoas fazem suposições de que podem ter sido festivais de música, mas não vejo nada de concreto que possa justificar o aumento", diz Damaso.

Ela explica que, quando se trata da transmissão de vírus, nem sempre são necessários muitos fatores para justificar um aumento de casos. Basta que uma pessoa passe para outra – ou para várias – para desencadear um novo surto local, sem que necessariamente exista uma particularidade geográfica que explique isso.

Na prática, um único evento que reúna muitas pessoas em situações de contato muito próximo, inclusive sexual, pode ser suficiente.

"Nem sempre dá para traçar o vínculo epidemiológico, principalmente quando não se trata de um ambiente confinado, como quando surge um surto de algum vírus em um navio", exemplifica a virologista.

Damaso dedicou os últimos 40 anos de carreira ao estudo dos ortopoxvírus, família de vírus da qual faz parte o causador da mpox.

"Há muitas pessoas suscetíveis, que nunca tiveram a infecção, então é fácil haver um surto e ele se expandir", acrescenta ela.

"Se uma pessoa tivesse o vírus e ficasse isolada, não transmitiria e não haveria um surto, mas muitas vezes ela transmite sem saber que está com mpox, porque pode ter uma única lesão pequena."

2. Há uma nova cepa circulando? Ela é mais perigosa?

O vírus da mpox é dividido em dois grupos genéticos, chamados clados 1 e 2, que também têm subdivisões.

O clado 2b foi responsável pela disseminação internacional da doença a partir de 2022. Já o clado 1b esteve associado a um novo surto que começou na República Democrática do Congo, em 2023, e se disseminou a partir de 2024.

Embora ainda não existam estudos robustos sobre a atual circulação do vírus no Brasil, há indícios de que a linhagem predominante nos casos mais recentes seja a mais nova, o clado 1b.

Embora o clado 1 tenha sido historicamente associado a quadros mais graves, avaliações recentes indicam que a gravidade das infecções e a taxa de letalidade do Ib são semelhantes às observadas no 2b. Não há evidências, portanto, de que a nova linhagem seja mais perigosa, afirmam as especialistas.

"A gravidade observada depende de fatores como idade, condições imunológicas, acesso ao diagnóstico e à assistência", diz Maciel.

A diferença, pontua Damaso, é que, na África, o 1b leva as pessoas a terem mais lesões pelo corpo. "O que tenho conversado com colegas médicos confirma isso", diz a virologista, acrescentando que a distinção entre as cepas não impacta o tratamento.

3. Por que o surto é mais intenso em SP, RJ e CE?

As especialistas afirmam não ser possível explicar a distribuição geográfica dos casos.

Ambas consideram que São Paulo e Rio de Janeiro concentram mais diagnósticos devido ao tamanho de suas populações – respectivamente, a primeira e terceira maiores do país – e à proximidade entre os dois Estados.

Já a situação do Ceará exigiria uma investigação. Uma das hipóteses levantadas é o turismo. O Ceará registrou um aumento de 21,4% na visita de estrangeiros, segundo o Ministério do Turismo.

No entanto, outros estados tiveram altas ainda mais expressivas no fluxo de visitantes.

"Eu vejo associado ao turismo, pelo fato de esses três Estados terem os surtos na mesma época. A pessoa está aqui, visitando, e vai a todos esses estados. Mas não temos como provar", diz Damaso.

4. Por que tem vacina para todo mundo?

O Ministério da Saúde anunciou na semana retrasada a aquisição de 25 mil doses do imunizante para o Brasil.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a vacinação seja direcionada aos grupos de maior risco: pessoas com a imunidade comprometida, como aquelas que vivem com HIV ou aids, e indivíduos com maior probabilidade de exposição ao vírus, como homens que fazem sexo com homens.

A estratégia busca não apenas evitar que a doença atinja pessoas com maior risco de desenvolver formas graves da infecção, mas também ajudar a interromper as cadeias de transmissão, explica Maciel.

Nenhum país vacina toda a população contra a mpox, entre outros motivos, pela dificuldade de acesso ao imunizante.

O preço de referência de uma dose é de US$ 65 (cerca de R$ 380), e são necessárias duas doses por pessoa.

Além do custo, a capacidade de produção do laboratório responsável pela vacina não seria suficiente para atender à demanda de toda a população.

"Mas não adianta ter só a vacina, que tem de 70% a 80% de efetividade. São necessárias outras formas de contenção. A gente precisa que os grupos de maior risco tomem medidas para não se expor tanto", diz Damaso.

5. É mais comum ter mpox em alguma época do ano?

Maciel explica que a transmissão da mpox está mais relacionada aos padrões de contato próximo entre pessoas e às redes de interação social e sexual.

"Determinados períodos do ano, especialmente aqueles marcados por grandes eventos e maior interação social, podem favorecer a transmissão", diz a epidemiologista.

Isso não significa, porém, que a doença apresente sazonalidade, como ocorre com os vírus da gripe e de outras síndromes respiratórias, que tendem a se intensificar durante o inverno, por exemplo.

A avaliação é compartilhada por Damaso: "A gente tem [maior risco] após festividades como Carnaval e Réveillon, em que se juntam uma maior quantidade de pessoas próximas, mas isso não significa que há uma sazonalidade".

6. Há diferença entre o surto atual e o de 2022?

Damaso explica que a principal diferença está na dimensão do surto, muito menor agora. Em 2022, foram registrados 10.591 diagnósticos e 14 mortes. Em 2026, são 1.499 casos e um óbito até agora, segundo o Ministério da Saúde. "Não tem nem como comparar", diz a virologista.

O perfil dos infectados e as características da transmissão, por outro lado, continuam semelhantes aos observados em 2022.

Segundo a OMS, fora da África, homens que fazem sexo com homens correspondem a 92,8% dos diagnósticos entre setembro de 2025 e de 2026. O contato sexual foi identificado como a forma de transmissão em 96,3% dos casos.

No mesmo período e na mesma região, 13,6% dos pacientes diagnosticados precisaram ser hospitalizados. "A letalidade continua muito baixa. O único óbito que tivemos este ano no Brasil foi de uma pessoa severamente imunossuprimida", diz Damaso.

O tratamento mudou pouco, mas os profissionais de saúde brasileiros estão mais preparados para lidar com a doença, acrescenta Maciel.

"Conhecemos melhor o espectro clínico da doença. Sabemos que a mpox pode apresentar desde manifestações leves e localizadas até quadros graves", diz a epidemiologista.

7. Era possível antecipar a nova onda?

Damaso explica que é difícil antecipar uma onda, a menos que haja um surto em países com os quais o Brasil mantenha contato próximo. Não é o caso, por exemplo, da República Democrática do Congo, onde começou a circular a nova linhagem do vírus e com a qual o Brasil não tem sequer voos diretos.

Maciel afirma que parte dos novos casos poderia potencialmente ter sido evitada com diagnóstico mais oportuno, comunicação de risco permanente, vacinação direcionada e rastreamento efetivo de contatos, mas ressalta que a proporção de casos que seriam evitáveis não pode ser estimada.

"Existe uma tendência recorrente na saúde pública de reduzir a mobilização quando uma emergência perde visibilidade. Esse comportamento pode comprometer a detecção precoce e a capacidade de resposta", afirma a epidemiologista.

Sua visão é compartilhada por Damaso. "É claro que, quando um surto começa a ser controlado, há um relaxamento, porque as pessoas se esquecem de que o mpox continua circulando, não desconfiam de uma bolha na pele, não procuram atendimento", diz a virologista.

8. Como o vírus é transmitido?

A mpox é transmitida principalmente pelo contato próximo com uma pessoa infectada. O vírus pode entrar no organismo por ferimentos na pele ou pelas mucosas dos olhos, nariz e boca.

Isso inclui o contato físico durante relações sexuais, principal forma de transmissão fora da África, segundo a OMS, mas também o contato face a face prolongado, que pode envolver a exposição a gotículas e secreções respiratórias.

A transmissão também pode ocorrer pelo contato com objetos e tecidos contaminados, como roupas de cama, roupas e toalhas. Mas Damaso diz que a chance de isso acontecer é menor do que no contato por sexo.

"O contato durante o sexo é muito mais intenso, tem fricção e uma inoculação de uma dose de vírus muito maior. Se você tocar na mão de uma pessoa infectada, a dose de vírus é muito mais baixa", ela explica.

O contato próximo com animais infectados, como macacos, ratos e esquilos, é outra possível via de transmissão, especialmente em regiões onde o vírus circula entre animais – o que não é o caso do Brasil.

9. Como é o tratamento da mpox? Deixa cicatrizes?

O tratamento é baseado principalmente no alívio dos sintomas e na prevenção de complicações. A maioria das pessoas se recupera em duas a quatro semanas.

Nos casos leves e moderados, são usados analgésicos e antitérmicos para controlar a dor e a febre, além de cuidados com as lesões na pele, hidratação e repouso. Não há, até o momento, um antiviral com eficácia comprovada contra a doença.

Pacientes com quadros graves ou maior risco de complicações, como imunossuprimidos, gestantes e crianças pequenas, precisam de acompanhamento médico específico e podem necessitar de hospitalização.

A mpox pode deixar marcas mesmo depois da recuperação. Na pele, as lesões podem cicatrizar, formando pequenas depressões, semelhantes a marcas deixadas pela acne, que em alguns casos permanecem por toda a vida.

Também podem surgir alterações na pigmentação, com manchas mais claras ou escuras nos locais em que havia feridas. Essas alterações podem diminuir gradualmente ao longo do tempo, mas nem sempre desaparecem completamente.

O risco de cicatrizes é maior quando as lesões são profundas, extensas ou apresentam infecções bacterianas secundárias. Por isso, recomenda-se evitar coçar, apertar ou arrancar as crostas das feridas.

10. Há risco de uma epidemia ou pandemia?

Não. O que há agora, assim como ocorreu em 2022, é um surto.

Um surto é caracterizado pelo aumento repentino e localizado no número de casos em determinadas populações. Ele pode ocorrer em diferentes escalas, desde uma escola ou um bairro até uma cidade.

Já uma epidemia ocorre quando uma doença se espalha e atinge um número de pessoas acima do esperado em uma região ou país inteiros.

A pandemia, por sua vez, é uma epidemia que ultrapassa fronteiras nacionais e se espalha por vários países ou continentes, com um grande número de pessoas infectadas.

Segundo as especialistas ouvidas pela BBC News Brasil, é improvável que o surto de mpox vire uma epidemia.

redacao@vanguardadonorte.com.br | Da redação

Mundo

Austrália aprova lei que prevê multas bilionárias para redes sociais

Empresas de tecnologia terão de combater conteúdos nocivos sob pena de perderem até 5% do faturamento global

DEAN LEWINS/AAP IMAGE/AP VIA CNN NEWSOURCE



Big techs foram notificadas quando a Austrália aprovou a primeira proibição de mídia social do mundo para menores de 16 anos

A Austrália aprovou uma lei que exige que empresas de internet combatam proativamente conteúdos e funcionalidades nocivos ou enfrentem multas de até 5% de seu faturamento global. A medida é uma das principais iniciativas de uma campanha para restringir o poder das gigantes da tecnologia, criticada por defensores da liberdade de expressão.

A Lei do Dever de Cuidado Digital (Digital Duty of Care) entrará em vigor daqui a um ano e substituirá um conjunto fragmentado de códigos de conduta online por uma legislação abrangente. Segundo o governo, a norma responsabiliza as plataformas por priorizar a segurança dos australianos.

A aprovação representa mais um revés para o setor de internet, formado majoritariamente por empresas americanas, que a Austrália acusa de prejudicar seu direito de regulamentar os produtos utilizados no país. Em 2025, a Austrália se tornou o primeiro país a proibir menores de 16 anos de usar redes sociais. O governo também planeja exigir que grandes empresas de internet paguem taxas de licenciamento pelo conteúdo jornalístico, com repasses aos veículos de comunicação.

"A Lei do Dever de Cuidado Digital é uma reforma histórica em matéria de segurança, na mesma linha da obrigatoriedade do uso de cintos de segurança, das embalagens padronizadas de cigarros e da reforma das leis sobre armas", afirmou a ministra das Comunicações, Anika Wells, em comunicado após a aprovação da lei.

"As grandes empresas de tecnologia não podem mais ter dúvidas: são responsáveis por manter os australianos seguros em suas plataformas, e vamos responsabilizá-las caso não cumpram essa obrigação."

As empresas que violarem a lei estarão sujeitas a multas de até 5% de seu faturamento global ou A$ 109 milhões (US$ 72 milhões), prevalecendo o valor mais alto. Como as maiores plataformas geralmente registram receitas anuais de centenas de bilhões de dólares, as penalidades máximas podem chegar a dezenas de bilhões de dólares.

Embora empresas de tecnologia como a Meta e o Google, proprietário do YouTube, tenham concordado, em geral, com o objetivo do governo de melhorar a proteção de crianças e minimizar conteúdos nocivos, a maioria se opôs ao projeto sob o argumento de que ele concedia aos funcionários do governo certa margem de decisão para determinar o que pode ser considerado conteúdo prejudicial.

Alguns grupos do setor haviam alertado que a lei poderia incentivar as plataformas a adotar critérios excessivamente rígidos na decisão sobre quais conteúdos remover, na tentativa de evitar punições.

A legislação proíbe conteúdos que "incentivem ou promovam atitudes hostis em relação às mulheres ou à igualdade de gênero" e que "glorifiquem crimes ou incentivem desafios perigosos ou práticas gravemente prejudiciais" – classificações que, segundo alertaram alguns defensores da liberdade de expressão, poderiam ser interpretadas de maneira ampla.

"A lei continua vaga demais, deixando as empresas sem clareza sobre como cumprir as regras ou de que maneira as novas normas tornarão os australianos mais seguros", afirmou Jennifer Duxbury, diretora-gerente interina do grupo setorial DIGI, que representa empresas de internet.

"Os amplos poderes concedidos aos órgãos reguladores para utilizar contas falsas e acessar informações sobre o uso de serviços online pelas pessoas levantam sérias preocupações em relação à privacidade", acrescentou, referindo-se a um trecho da lei que permite aos reguladores utilizar perfis anônimos fictícios para investigar possíveis irregularidades nas plataformas.

O Australia Institute, grupo de reflexão que fez campanha pela aprovação da lei, afirmou que a medida tem importância global porque pode resultar em penalidades elevadas, que "darão às redes sociais o incentivo de que precisam para corrigir sua conduta".

DEVOLUÇÃO DE FUNDOS

Ao Brasil, Paraguai promete restituir fundos da Itaipu no banco Ueno

O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, disse nesta quarta-feira (25) que o governo do país se compromete a devolver os fundos da hidrelétrica binacional de Itaipu que estavam depositados no Ueno Bank.

O lado paraguaio da Itaipu Binacional mantinha saldo de US$ 163,8 milhões e 115,2 bilhões de guaranis no Ueno Bank até o dia 3 de novembro, data em que a principal instituição bancária foi liquidada.

O compromisso foi assumido ao lado do chanceler do Brasil, Mauro Vieira, que se reuniu em Assunção com seu par paraguaio e o novo presidente do país, Pedro Alliana.

"O governo do Paraguai assume o compromisso de restituir os fundos da entidade binacional de Itaipú, tanto aqueles que são soberanos paraguaios (...), que foram destinados a projetos que são prioritários para nosso país, assim como aqueles que correspondem à Itaipu binacional", disse Lezcano.

O compromisso foi assumido ao lado do chanceler do Brasil, Mauro Vieira, que se reuniu em Assunção com seu par paraguaio e o novo presidente do país, Pedro Alliana.

O chanceler paraguaio afirmou que a hidrelétrica é "um ativo substancial para ambos os países, um exemplo de integração global, energética e sobretudo com uma geração de energia renovável e não contaminante".

Segundo ele, deve haver uma reunião entre o ministro paraguaio da Indústria e do Comércio, Marco Riquelme e o ministro brasileiro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, para chegar a um entendimento sobre o Anexo C do acordo de Itaipu, que define as bases financeiras e de comercialização de energia da usina a partir de 2027.

O ministro paraguaio afirmou ainda que na reunião de Vieira com as autoridades do país foram discutidas outras questões da integração bilateral, como o fluxo das pontes que conectam os países, e a cooperação contra o crime organizado.

Segundo ele, também foram tratados "temas sensíveis, delicados" como a discussão das cotas de exportação dos países do Mercosul para a União Europeia.

O Paraguai pressiona para que a cota de exportação de carne, por exemplo, seja equitativa entre os membros do bloco sul-americano, mas o Brasil, a Argentina e o Uruguai defendem que a divisão deva ser proporcional à capacidade produtiva.

DIVULGAÇÃO



Hidrelétrica binacional tinha saldo equivalente a R$ 1 bilhão em banco liquidado no país vizinho

"MANTER A PRESSÃO"

"Vamos manter a pressão" sobre a Rússia, diz chefe da Otan

Os Estados Unidos e a Otan, a aliança militar ocidental, precisam continuar apoiando a Ucrânia para "manter a pressão" sobre a Rússia, afirmou o secretário-geral da organização, Mark Rutte, antes de seu encontro com Donald Trump na Flórida, nesta quarta-feira (25).

"O que o presidente Trump está fazendo, inclusive no encontro em Shenzhen, é testar Putin. Quão sério ele está sendo? Ele está disposto a sentar à mesa de negociações? Ele realmente quer participar de conversas? Portanto, vamos manter a pressão. Acredito que está funcionando e precisamos continuar assim", afirmou.

Rutte tinha uma reunião marcada com o presidente dos EUA na tarde desta quarta-feira, no resort Mar-a-Lago, de propriedade do republicano, em Palm Beach.

Questionado no programa Fox & Friends da emissora Fox News sobre o fato de Trump ter chamado o presidente russo, Vladimir Putin, de "amigo" durante um encontro na China, Rutte respondeu chamando atenção para o que classificou como mérito do líder americano por manter o apoio à Ucrânia.

"O presidente sempre defendeu a paz por meio da força, e não a paz por meio da apaziguação", disse ele.

REUTERS/Antonio Bronic



Mark Rutte, secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)

Cultura

Abrindo o desfile da Mondepars, amazonense Luíza Perote às passarelas brasileiras

Após dois anos sem desfilar no Brasil, Perote protagoniza retorno na abertura da coleção ALDA II, da marca de Sasha Sasha Meneghel

NSTAGRAM/ DOLLY PARTON



Luíza Perote

A modelo amazonense Luíza Perote voltou a desfilar no Brasil em grande estilo. Após dois anos cumprindo uma intensa agenda internacional, ela abriu o desfile da Mondepars, marca autoral da estilista e empresária Sasha Meneghel, durante a apresentação da coleção "ALDA II", realizada na noite de terça-feira (24), em São Paulo.

Natural de Humaitá, município do interior do Amazonas, Luíza vem conquistando espaço no cenário internacional da moda e se destacando entre os nomes da nova geração de modelos. Com a participação no desfile, a amazonense reforça sua presença na indústria fashion nacional e leva a representatividade da região Norte às principais passarelas do país.

Retorno ao Brasil e emoção em família

Nos bastidores do evento, a modelo falou sobre a sensação de voltar ao Brasil e estar mais próxima da família e dos amigos. Para ela, mesmo durante compromissos profissionais, a presença no país representa uma oportunidade de renovar as energias.

"Estar no Brasil, mesmo trabalhando, é uma sensação de casa, pois estou perto dos meus amigos e da minha família. Isso me recarrega. Hoje, por exemplo, é a primeira vez que minha irmã vai assistir pessoalmente a um desfile meu, então é uma ocasião bem especial e emocionalmente", contou Luiza, que estava acompanhada da irmã, Nicole Arrais.

A participação no desfile também teve um significado especial por Luiza ter sido escolhida para abrir a apresentação da marca. A modelo afirmou que já acompanhava e consumia as criações da Mondepars antes de receber o convite.

"A Mondepars é uma marca que eu consumo pessoalmente na minha vida e que, inclusive, faço questão de usar fora do Brasil como referência de moda nacional. Estar aqui a convite deles, fazendo parte de um projeto tão bonito, torna isso tudo ainda mais memorável", afirmou.

Durante a conversa, Luíza também comentou sobre as saudades de alguns hábitos brasileiros. Entre as comidas de que sente falta, citou brigadeiro e pão francês com ovos. A modelo ainda revelou que conheceu pela primeira vez o Carnaval da Marquês de Sapucaí neste ano e brincou sobre a possibilidade de participar da festa no próximo ano.

"Já falei aos meus agentes brasileiros que, ano que vem, teremos Luíza na avenida do samba", disse.

Coleção homenageia avó de Sasha Meneghel

A coleção "ALDA II" dá continuidade a uma proposta criativa inspirada na memória e no legado de Alda Meneghel, avó materna de Sasha. A apresentação revisita referências familiares e artísticas para construir uma narrativa que conecta passado e presente.

As peças exploram diferentes texturas, tecidos, elementos artísticos e construções que transformam histórias e lembranças pessoais em expressões contemporâneas da moda.

Ao abrir o desfile, Luíza Perote participou de um momento importante da trajetória da Mondepars e ampliou sua presença no mercado brasileiro.

A conquista também representa um avanço para a visibilidade da moda nortista. Ao construir uma carreira que ultrapassa fronteiras, a modelo amazonense se torna uma referência para novos talentos da região, que ainda enfrentam desafios para conquistar espaço em uma indústria concentrada, historicamente, nos grandes centros do país.

BANDA DE MÚSICA 60+

Banda de Música 60+ da UEA celebra a infância em apresentação especial no Teatro dos Artistas e Estudantes Américo Alvarez

A música, a memória e a emoção vão se encontrar no palco do Teatro dos Artistas e Estudantes Américo Alvarez, nesta quinta-feira (26/11), às 19h, durante a apresentação da Banda de Música 60+, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Com o tema "Músicas da Infância", o espetáculo promete resgatar canções que atravessam gerações, em uma apresentação protagonizada por alunos que descobriram na música uma nova possibilidade de aprendizado e expressão. A entrada é gratuita.

Desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino Musical (Lapem), da Escola Superior de Artes e Turismo (Esat/UEA), o projeto é pioneiro no Brasil e oferece a pessoas com 60 anos ou mais a oportunidade de aprender instrumentos de sopro e percussão, mesmo sem experiência musical prévia.

Para o reitor da UEA, André Zogahib, iniciativas como essa reforçam o papel da universidade na promoção da qualidade de vida e na transformação social. "A universidade precisa estar presente em todas as fases da vida, promovendo oportunidades, conhecimento e inclusão. A Banda 60+ demonstra que aprender, realizar sonhos e descobrir novos talentos não tem idade, além de fortalecer o vínculo da UEA com a sociedade".

O coordenador do Lapem, Fabio Carmo, destaca o significado da experiência musical para os participantes. "Cada integrante tem uma história de superação, dedicação e descoberta. Aprender um instrumento, tocar em grupo e subir ao palco representa uma conquista que vai muito além da música. É uma experiência que fortalece a autoestima, a autonomia e a convivência".

O espetáculo será uma oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela UEA e prestigiar músicos que mostram, por meio da arte, que novos sonhos e aprendizados podem florescer em qualquer idade.

DIVULGAÇÃO



Projeto pioneiro reúne pessoas que aprenderam a tocar instrumentos musicais e promove inclusão, bem-estar e valorização da arte

"PAVILHÕES – FORMAÇÃO ITINERANTE"

Pavilhões – Formação Itinerante': Circo Caboclo leva projeto a oito instituições de Manaus

Acrobacia de solo, manipulação de objetos (bambolê) e acrobacia aérea em tecido circense compõem as atividades da segunda edição do "Pavilhões – Formação Itinerante", projeto idealizado pela cia amazonense Circo Caboclo. Até o dia 30 de novembro, oito instituições de Manaus, entre escolas públicas e abrigos de acolhimento social, receberão oficinas e demonstração circense, voltadas a estudantes, pessoas com deficiência auditiva e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Fundador da companhia e responsável pela direção do "Pavilhões – Formação Itinerante", o artista, educador e produtor cultural Jean Winder pontua que o projeto – que dá continuidade a uma iniciativa anteriormente contemplada pelo Edital Macro de Chamamento Público nº 002/2024 do Conselho Municipal de Cultura de Manaus e agora pelo Edital nº 011/2026 – Circo, ambos com apoio da Política Nacional Aldir Blanc (Pnab) – consiste na democratização do acesso a iniciativas culturais, principalmente de práticas circenses.

Nesta segunda edição, o Circo Caboclo apresenta oficinas ministradas tanto por ele (formado em Artes Circenses pela Escola Nacional de Circo do Rio de Janeiro e licenciado em Artes Cênicas pela Universidad Nacional de San Martín, na Argentina) quanto pela artista circense Ayla Taynã – formada em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e em artes circenses pela Escola Nacional de Circo (Rio de Janeiro), com Mestrado em Ensino das Artes pela UEA – e pela atriz, coreógrafa e circense Laísa Fonseca – fisioterapeuta pela Ufam e professora de circo pelo CIRCOCAN – International School Circus (PR). Além disso, ao final de cada ciclo formativo, é realizada uma demonstração circense de culminância, conduzida pelos artistas responsáveis pelas ações pedagógicas.

"Entendemos que as políticas públicas servem para alcançar pessoas que muitas vezes não tiveram acesso a iniciativas culturais. Então aproveitamos esse incentivo para concretizarmos nossos planos de levar essa experiência artística a crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento físico, criativo e social dos participantes. Fazemos tudo com muita felicidade e vontade e estamos ansiosos para concluir todo o cronograma", assevera.

Ferramenta de transformação

Desde outubro, o "Pavilhões – Formação Itinerante" já passou pelo Abrigo O Coração do Pai, pela Casa Mamãe Margarida, pelas Escolas Estaduais Professora Bernadete Trindade Rocha, Augusto Carneiro dos Santos e Antóvila Mourão Vieira e pela Escola Municipal Jarlece da Conceição Zaranza. Agora, segue para as Escolas Municipais Rodolpho Valle e Escritor Anísio Teixeira.

Instagram/Shawn Mendes



Contemplado pela Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), proposta da cia amazonense encerra no final de novembro

redacao@vanguardadonorte.com.br |Da redação

Esportes

Corinthians não aproveita expulsão no Atlético-MG e segue ameaçado pelo Z4

Galo conseguiu empatar partida nos acréscimos mesmo com um jogador a menos

Rodrigo Coca/ Corinthians



Memphis foi titular do Corinthians em partida contra o Atlético-MG

O Corinthians desperdiçou uma grande chance de encaminhar a permanência na Série A do Campeonato Brasileiro.

Nesta quarta-feira (25), o Timão vencia o Atlético-MG até os acréscimos do segundo tempo, mas o Galo buscou o empate mesmo com um jogador a menos em campo.

Mesmo com a saída do Z4, o time de Clarence Seedorf saiu frustrado da Arena MRV.

Atlético-MG é mais perigoso no primeiro tempo

O Atlético-MG teve mais posse de bola no primeiro tempo e foi a primeira equipe a ter uma boa chance de gol.

Aos 15 minutos, Cuello arriscou chute chapado de fora da área e obrigou o goleiro Hugo Souza a fazer uma grande defesa. Depois, foi a vez de Bernard arriscar chute cruzado para fora.

O Corinthians só foi assustar o Galo aos 28 minutos. Vitinho levantou bola na área, a defesa afastou parcialmente, e Kaio César emendou uma bicicleta que passou muito perto do gol.

No ataque seguinte, Cuello voltou a ser perigoso em chute rasteiro defendido pelo goleiro do Timão.

Na reta final da etapa inicial, os defensores anularam os ataques e o jogo não teve tanta emoção.

Corinthians aproveita expulsão atleticana

O segundo tempo começou movimentado, com os dois times indo para o campo de ataque, por conta da necessidade da vitória. Atlético-MG e Corinthians rondavam as áreas adversárias, mas erravam no passe final para chegar ao gol.

Entre os 13 e 14 minutos, o Galo quase abriu o placar em cobranças de escanteio. Angileri e Kaio César salvaram o Timão embaixo das traves.

Aos 20 minutos, quando pressionava, o Atlético-MG se complicou na partida após Thiago Borbas dar um carrinho por trás em Kaio César e ser expulso após revisão do VAR.

Cinco minutos depois, o Corinthians aproveitou a vantagem numérica para abrir o placar. Angileri acertou cruzamento perfeito para o baixinho Kaio César cabecear e fazer 1 a 0.

Atlético-MG se supera

Depois do gol sofrido, o Atlético-MG partiu para o campo de ataque, mas sem organização. O time comandado por Eduardo Domínguez abusava das bolas aéreas, principalmente em cobranças de escanteios, mas a defesa corintiana conseguiu afastar todas as tentativas.

Mas, aos 47 minutos, Cuello limpou a marcação de Milans e acertou forte chute cruzado para empatar a partida.

O Corinthians ainda teve chances para marcar nos últimos lances, mas parou no goleiro Everson.

Situação no Brasileirão

Com o empate, o Corinthians saiu da zona de rebaixamento, subindo para o 15º lugar. Porém, o Timão está com o mesmo número de pontos que o Mirassol, primeiro time dentro do Z4.

Já o Atlético-MG chegou aos 52 pontos, em 7º lugar, dois atrás do Bahia, que abre o G6 do Brasileirão.

Próxima rodada

Ainda sonhando com uma vaga na Libertadores 2027, o Atlético-MG volta a campo no próximo domingo (29), às 19h30 (de Brasília), contra o Vasco. A partida acontece na Arena MRV.

Já o Corinthians tem um confronto direto contra o Grêmio, na luta pela permanência na Série A. Os clubes também se enfrentam no domingo, às 18h30. O jogo acontece na Neo Química Arena, casa do Timão.

CARLO ANCELOTTI

"Geração de Neymar não aproveitou talento para Copa"

Carlo Ancelotti, técnico da Seleção Brasileira, afirmou nesta quarta-feira (25) em São Paulo que a geração de jogadores que ele treinou anteriormente, capitaneada por Neymar, não soube aproveitar seu talento para vencer uma Copa do Mundo.

A declaração do treinador italiano foi feita durante a abertura do Summit CBF Academy 2026, um evento anual sobre negócios do esporte realizado em um hotel na capital paulista.

Na última edição do torneio, o Brasil foi eliminado pela Noruega nas oitavas de final. Ancelotti fez essa avaliação ao abordar a renovação da equipe nacional, se mostrando otimista com o futuro do futebol brasileiro.

Confiança na nova geração e metodologia

Segundo o treinador italiano, o futuro é promissor, mesmo que a Seleção Brasileira tenha perdido dois dos cinco amistosos que jogou após a Copa e enfrentado adversários de baixo nível técnico.

"Eu estou muito confiante no futuro. A Copa de 2026 acabou. Era uma geração de jogadores de alto nível que não aproveitou o talento para ganhar", declarou o italiano.

"Começou uma nova era, uma nova geração na qual tenho muita confiança pelo que vi nos últimos dois ou três meses. Muitos chamamos e muitos outros não chamamos e podemos chamar".

"O jovem brasileiro tem talento, muito talento, é verdade. O que temos que fazer é acompanhar o talento com um trabalho que tem que ser organizado, consistente e a longo prazo", acrescentou.

Ancelotti, inclusive, redigiu nove dos dez itens de uma carta de valores, documento elaborado em abril deste ano para unificar a metodologia de trabalho das seleções de base à principal.

Planejamento da Seleção e críticas

No mesmo evento da CBF, Ancelotti participou de um painel sobre o planejamento das seleções brasileiras masculinas. Ao lado dele estavam Rodrigo Caetano, Juan Santos e Cícero Souza, trio que tem recebido fortes críticas pelo planejamento pós-Copa, mas que conta com o respaldo do italiano.

"É fundamental um trabalho conjunto com os clubes. Temos que compartilhar essa carta com todos os clubes, os jogadores passam muito mais tempo nos times do que na seleção", pontuou Ancelotti, reforçando a importância da colaboração.

A CBF, por sua vez, afirma que tem se esforçado para agendar amistosos contra seleções mais fortes, da Europa ou da África, para as próximas Datas Fifa, em março e junho. Rodrigo Caetano, coordenador executivo geral das seleções masculinas, garantiu que a equipe de trabalho está fazendo um "estudo minucioso" para encontrar adversários disponíveis.

"Nossa equipe de trabalho, em conjunto com a diretoria de marketing e operações, está fazendo um estudo minucioso para ver seleções disponíveis da UEFA para os amistosos do ano que vem", complementou Caetano.

DIVULGAÇÃO



Carlo Ancelotti, técnico da Seleção Brasileira

PERCA DE MANDOS

Internacional será julgado no STJD e pode perder até 10 mandos por confusão

O Internacional será julgado nesta quinta-feira (26) pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) devido à confusão ocorrida no Beira-Rio, em Porto Alegre (RS), após a goleada sofrida para o Vitória pela Série A do Campeonato Brasileiro.

O clube gaúcho foi denunciado com base no artigo 213 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD). A acusação é por "deixar de prevenir ou reprimir desordens na praça do desporto".

As sanções previstas para essa infração incluem multa que varia de R$ 100 a R$ 100 mil, além da perda de mando de campo em até 10 partidas. O julgamento será conduzido pela 4ª comissão disciplinar do STJD.

Caso o Internacional seja punido, as partidas com "portões fechados" ou realizadas em outro local só deverão ser cumpridas a partir da temporada de 2027. Isso ocorre porque o Estatuto do Torcedor prevê um prazo de até 10 dias para remarcações.

Com o Inter recebendo o RB Bragantino neste domingo (29), às 18h30 (de Brasília), no Beira-Rio, não há tempo hábil para qualquer alteração no local da partida já agendada.

Protesto e confronto

A confusão que levou à denúncia ocorreu após a derrota para o Vitória. Torcedores do Internacional protestaram no pátio do Beira-Rio e entraram em confronto com a Brigada Militar, a polícia de Porto Alegre.

Parte da torcida entoava cânticos contra o presidente Alessandro Barcellos, sem registro de violência física ou danos diretos ao estádio. No entanto, alguns carros no edifício-garagem sofreram avarias.

A Brigada Militar utilizou bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes, que protestavam pela goleada. Houve alguns revides por parte dos torcedores até que a situação fosse controlada e a confusão, dispersada.

Com o resultado negativo contra o Vitória, o Internacional permanece na zona de rebaixamento do Campeonato Brasileiro, enfrentando sérios riscos de queda para a Série B.

DIVULGAÇÃO



Torcedores do Inter entra em confronto com a polícia após clube sofrer goleada

CLASSIFICADOS

LIGUE E ANUNCIE: vanguardadonorte.com.br

(92) 99104-8488 / (92) 99104-8484























